

Projeto altera o Plano Piloto

Grupo de arquitetos da UnB acende a polêmica do tombamento

PELAGIO GONDIM
Repórter Especial

Quando o governador José Aparecido anunciou que iria tomba o Plano Piloto, desabaram reações de todos os lados. Os conservacionistas deliraram: Brasília seria, enfim, protegida dos especuladores imobiliários, que desejariam ver a cidade transformada num novo grande canteiro-de-obras. Os empresários contratacaram: tomba significaria acelerar a ruína da construção civil e despenca ainda mais o nível de emprego. Aparecido, no meio dessa guerra, apareceu com uma proposta de trégua: tombaria, por enquanto, apenas a Praça do Buriti. Tombou, porém, só o Buriti, já que a praça apresentava muitas falhas para ser preservada.

Na segunda-feira, entretanto, a batalha foi reiniciada. Um grupo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) e do Sindicato dos Arquitetos expôs um estudo elaborado em quatro anos. Nele, propostas polêmicas, capazes de surpreender tanto os conservacionistas quanto os

construtores, mostrando, por exemplo, que assim como na Praça do Buriti, a cidade tem várias falhas e que é melhor preservar parte dela do que perpetuar os seus defeitos.

Desse modo, o estudo propõe medidas como construir habitações na área comercial na W/3, estreitar o Eixão e aumentar a altura dos blocos de apartamentos e o número de projeções nas quadras. Ao mesmo tempo, recomenda o fim da grilagem das terras à margem do lago, o reaproveitamento do espaço entre a Torre de Televisão e a Rodoviária e a preservação da Vila Planalto.

Com essas e outras alterações e tombamentos, o Plano Piloto — a obra arquitetônica de Lúcio Costa e Niemeyer aplaudida em todo o mundo — estaria preservado e protegido da voracidade do mercado imobiliário? Ao mesmo tempo, conseguiria gerar mais empregos sem se descharacterizar, sem perder sua identidade cultural e ainda melhorar a qualidade de vida? Com as respostas, as arquitetas Maria Elaine Kohlsdorf, professora da UnB, e Briane Bica, do Sindicato dos Arquitetos.

Tombar um canteiro de obra?

Brasília, aos 25 anos, ainda é uma cidade em construção, segundo as arquitetas, que, aliás, entendem que nenhuma cidade é plenamente acabada. Portanto, tomba Brasília agora, do jeito que está, seria preservar um canteiro-de-obras. Além do que, o tombamento, da forma como vem sendo proposto, sem discussão democrática, seria uma decisão elitista.

Isso porque, conforme elas, muitos defendem a preservação do Plano Piloto apenas para proteger a sua função inicial de capital político-administrativa e beneficiar-se dos frutos urbanísticos que ela atualmente proporciona. Nunca a defendem em razão dos seus bens e valores culturais.

Provas disso estariam em dois fatos distintos: a destruição de antigos acampamentos e a preservação de obras arquitetônicas como a Catedral e o Palácio do Congresso. No primeiro caso, parte importante da história da construção de Brasília fora sepultada, mesmo porque não estava no Plano Piloto; no segundo, apesar dos problemas nessas duas obras, eles são preservados por serem símbolos.

Maria Elaine e Briane Bica não acham que esses monumentos devam ser destruído. Da mesma forma contudo, consideram um crime cultural destruir acampamentos como Vila Planalto. Por isso, defendem que o mais importante do que o tombamento é mu-

dar a legislação urbanística que disciplina o uso do solo e as formas de ocupação dos espaços de Brasília.

Assim, o estudo propõe correções no Código de Obras e Edificações que permitam construir mais blocos por quadra, mas que não admitam descaracterizações nem a perda da qualidade de vida nos apartamentos a serem construídos. Sugerem, ainda, mudanças na lei do uso do solo para possibilitar, por exemplo, a abertura de novas vias e as ramificações de atividades que deem maior funcionalidade e humanidade a Brasília.

Mas a mudança fundamental, na opinião das arquitetas, deve ser na ação do Governo, para que o crescimento da cidade seja feito a quem nela vá habitar: o povo. Com essas mudanças, se chegaria a um planejamento da forma como desenvolver a cidade sem destruir suas riquezas arquitetônicas, ecológicas e culturais.

Sem esse planejamento, conforme as arquitetas, Brasília corre o risco da uniformidade e da queda de qualidade de vida — problemas enfrentados por outras cidades.

— São Paulo é igual ao Rio de Janeiro, em Manaus podemos encontrar os mesmos espigões de Porto Alegre e Goiânia tem características de Belo Horizonte. As cidades brasileiras estão ficando iguais — condena Maria Elaine. — E o pior que essa descaracterização não melhora a qualidade. Ao contrário,

GILBERTO ALVES



Para Elaine e Briane, é um crime cultural destruir a Vila Bandeirante

A cidade moderna precisa mudar

Mas se Brasília é considerada a capital mais moderna do mundo, o que então precisaria ser mudado? “Muita coisa” — afirmam as arquitetas, enumerando alguns defeitos de Brasília: as longas distâncias, a subutilização dos espaços, a setorização das atividades, a restrição do número de projeções por quadra e a altura dos prédios.

No caso das longas distâncias e da subutilização do espaço, Maria Elaine e Briane Bica entendem que isso dificulta a vida em Brasília. “As pessoas têm áreas demais para se encontrar que acabam não se encontrando, já que esses espaços não foram feitos para ser vivenciados” — alega a professora da UnB.

Como exemplo, ela cita as áreas entre a Torre de Televisão e a Rodoviária e entre a Rodoviária e a Esplanada dos Ministérios. No primeiro, falta estrutura para o povo ocupá-la, tornando-se um grande descampado que a população usa do jeito que pode. No segundo, praticamente não há qualquer arborização que permita caminhar até o Congresso protegido do sol. Não há, além disso, outros atrativos que permitam que a população também se encontre ali, ou que os funcionários dos Ministérios usem o espaço nos intervalos de trabalho.

Com relação à setorização das atividades, o grupo de arquitetas classifica esse problema de “ilha”. Ou seja, Brasília seria uma cidade cercada de setores por todos os lados. Setor Bancário, Setor de Diversões, Setor de Autarquias, Setor de Indústrias e tantos outros setores. Na visão dos arquitetas, isso é prejudicial em vários pontos. Um deles: a distância entre o local de habitação e o de trabalho, o que significa gasto de tempo, combustível e dinheiro.

Exemplificando, as arquitetas lembram o Setor de Indústria e Abastecimento. Ali, os funcionários estão isolados de qualquer outra atividade, já que no local não pode ser construído nada além de indústria. Resultado: começaram a ocorrer mudanças desordenadas, como baiúcas e pequenos restaurantes montados em trailer. A alteração da lei do uso do solo corrigiria essas distorções.

Quanto ao número de projeções e altura dos prédios, os arquitetas alegam que há espaço para mudanças. “Poderia ter mais projeção e menos área pública” — defende Briane Bica, condenando o esquema atual de 11 projeções por quadra e seis pavimentos por bloco. Ela justifica lembrando que nas superquadras, 87% são áreas livres, enquanto apenas 13% são de área construída. Pior que isso: esses 87% são subutilizados.

Maria Elaine ressalta que há várias alternativas para melhor aproveitar esses espaços sem prejuízo à qualidade de vida. Entre elas, estreitar as pistas internas, o que até evitaria alta velocidade nas quadras.

Elas entendem que com planejamento, o mercado imobiliário seria impedido de fazer distorções. Construiria mais projeções, e habitações, porém, sem descaracterizar a cidade. O que ocorre hoje, segundo as arquitetas, é que os empresários estão construindo mais em menos espaço. Surge apartamento onde mal cabe uma geladeira. Por outro lado, também são edificados apartamentos com salas grandes e quartos pequenos. “Tem apartamento grande que não comporta uma cama no quarto de empregada” — denuncia Maria Elaine.

Além da alteração dos

gabaritos e projeções, o grupo de arquitetas encontrou outra alternativa para expandir o número de habitações e integrar a comunidade: a construção de apartamentos em locais destinados ao comércio. Exemplos: apartamentos na W/3 e até na parte superior do Conjunto Nacional. Isso também reforçaria o comércio.

Da mesma forma, as arquitetas entendem que as fontes geradoras de emprego não precisam ser centralizadas. Aham favorável, por exemplo, que instituições públicas ocupem a W/3 Norte, como vem ocorrendo. Isso, na opinião delas, vai reforçar o comércio das proximidades e aproximar o trabalhador do seu local de trabalho.

Nem tudo, porém, precisa mudar. Mas a preservação de forma dinâmica, segundo os arquitetas, traz maiores benefícios à comunidade que o tombamento dos defeitos. Desse modo, defendem a preservação dos prédios e monumentos da Praça dos Três Poderes, o Palácio da Alvorada, a Esplanada dos Ministérios, a Torre de Televisão e as edificações que surgiram na década de 60, como a Vila Planalto.

Essas seriam preservações da história da cidade. Outras seriam feitas para preservar a identidade de Brasília, não tornando-a igual a outra cidade. Preservaria-se, portanto, o desenho do avião, os corredores visuais que permitem, de qualquer ponto de Brasília, ver as colinas e o Lago Paranoá; a ligação longitudinal da malha viária e a proporcionalidade das alturas entre as asas e o corpo do avião, ou seja, o tamanho dos prédios residenciais nas Asas não podem ser maiores que os localizados no Centro da cidade.